



VIVÊNCIA, TERRITÓRIO E RESISTÊNCIA: UM PROTOCOLO DE MEDIAÇÃO TERRITORIAL FUNDAMENTADO NA INVESTIGAÇÃO-AÇÃO PARTICIPATIVA NA COMUNIDADE INDÍGENA TURURUKARI-UKA (AM)

Cidonea Machado Deponti¹
Grazielle Betina Brandt²

Resumo As relações entre pesquisadores, instituições e comunidades indígenas desafiam a construção de conhecimentos e processos de intervenção sensíveis às especificidades socioculturais, aos diferentes sistemas de saberes e às assimetrias de poder. Este artigo objetiva propor uma estrutura metodológica para orientar processos de mediação territorial com comunidades indígenas da Amazônia Ocidental, fundamentada na Investigação-Ação Participativa (IAP). A pesquisa, qualitativa e participativa, foi desenvolvida com a comunidade Tururukari-Uka, do povo Omágua/Kambebe, em Manacapuru (AM). O percurso empírico compreendeu duas visitas presenciais e uma atividade on-line, envolvendo aproximadamente 30 participantes, entre lideranças, pajé, professora indígena, jovens e demais integrantes da comunidade. Utilizaram-se entrevistas, conversas coletivas, escuta ativa, observação e reconhecimento territorial, complementados por gravações, registros fotográficos e caderno de campo. As atividades foram dialogadas e realizadas com anuência da comunidade, incorporando validação e devolutiva ao processo investigativo. Os resultados demonstram que a mediação territorial constitui um processo relacional e situado de construção de interfaces entre sujeitos, instituições, saberes e projetos. A experiência possibilitou sistematizar um protocolo estruturado pela aproximação territorial, escuta, diálogo intercultural, reconhecimento dos saberes indígenas, negociação, participação nas decisões e ciclos de reflexão-ação-reflexão. Conclui-se que a articulação entre mediação territorial e IAP favorece processos de pesquisa e intervenção menos verticalizados. A principal contribuição consiste em um protocolo aberto e adaptativo, orientado à construção da pesquisa com os sujeitos do território, reconhecendo sua autonomia, capacidade de agência e participação na produção do conhecimento.

Palavras-chave: Mediação territorial; Investigação-Ação Participativa; Povos indígenas; Omágua/Kambebe; Desenvolvimento regional.

LIVED EXPERIENCE, TERRITORY, AND RESISTANCE: TERRITORIAL MEDIATION PROTOCOLS AND PARTICIPATORY ACTION RESEARCH IN THE TURURUKARI-UKA INDIGENOUS COMMUNITY (AMAZONAS, BRAZIL)

Abstract Relations between researchers, institutions, and Indigenous communities pose challenges to the construction of knowledge and to intervention processes that are sensitive to sociocultural specificities, different knowledge systems, and power asymmetries. This article aims to propose a methodological framework to guide territorial mediation processes with Indigenous communities in the Western Amazon, grounded in Participatory Action Research (PAR). The qualitative and participatory research was conducted with the Tururukari-Uka community of the Omágua/Kambebe people, in Manacapuru, Amazonas, Brazil. The empirical research comprised two in-person visits and one online activity, involving approximately 30 participants, including community leaders, a pajé (Indigenous spiritual leader), an Indigenous teacher, young people, and other community members. Data collection involved interviews, collective conversations, active listening, observation, and territorial reconnaissance, complemented by audio recordings, photographic records, and field notes. All activities were discussed beforehand and conducted with the community's consent, incorporating validation and feedback into the research process. The results demonstrate that territorial mediation constitutes a relational and situated process of building interfaces among subjects, institutions, knowledge systems, and projects. The experience enabled the systematization of a protocol structured around territorial engagement, listening, intercultural dialogue, recognition of Indigenous

¹ Doutorado em Desenvolvimento Rural (UFRGS). Pós-Doutorado em Sociologia do Desenvolvimento (UFRGS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul (PPGDR/UNISC). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8833-1450>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4599834312125185>. E-mail: cidonea@unisc.br.

² Doutorado em Desenvolvimento Regional pela Universidade do Québec em Rimouski, Canadá. Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul (PPGDR/UNISC). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8162-578X>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9456102361664445>. E-mail: grazielle@unisc.br.



knowledge, negotiation, participation in decision-making, and cycles of reflection–action–reflection. The study concludes that articulating territorial mediation with PAR contributes to less hierarchical research and intervention processes. Its main contribution is an open and adaptive protocol designed to build research with territorial actors while recognizing their autonomy, agency, and participation in knowledge production.

Keywords: *Territorial mediation; Participatory Action Research; Indigenous peoples; Omágua/Kambeba; Regional development.*

1 Introdução

A trajetória dos povos indígenas no Brasil é marcada por processos históricos de expropriação territorial, invisibilização cultural e restrição de direitos, aos quais se somam, na Amazônia contemporânea, pressões associadas ao desmatamento, à mineração ilegal e às invasões de territórios. Diante desse cenário, povos e comunidades indígenas têm fortalecido estratégias de resistência, organização política e afirmação identitária, buscando preservar seus modos de vida, conhecimentos e territorialidades.

Esse contexto também exige repensar as formas como pesquisadores, universidades e demais instituições se relacionam com essas comunidades. Mais do que produzir conhecimento sobre os povos indígenas, torna-se necessário construir abordagens que reconheçam seus saberes, sua autonomia e sua capacidade de participar das decisões que envolvem seus territórios. Embora a literatura sobre Investigação-Ação Participativa, diálogo de saberes e pesquisa com comunidades tradicionais ofereça importantes fundamentos para essa perspectiva, permanece o desafio de traduzir esses princípios em estratégias concretas de mediação territorial capazes de orientar relações menos verticalizadas entre pesquisadores, instituições e comunidades indígenas.

Diante disso, a presente pesquisa se orienta pela seguinte pergunta: Como os princípios da Investigação-Ação Participativa podem orientar a construção de um protocolo de mediação territorial com comunidades indígenas na Amazônia Ocidental? A partir dessa indagação, busca-se compreender de que modo metodologias fundamentadas no diálogo de saberes, na escuta ativa e na construção coletiva do conhecimento podem fortalecer a autonomia, a valorização cultural e a preservação territorial das comunidades indígenas, tomando como referência empírica a experiência com a comunidade Tururukari- Uka, do povo Omágua/Kambeba.

A proposição de uma estrutura metodológica capaz de qualificar os processos de intervenção e mediação em comunidades indígenas da Amazônia Ocidental constitui o objetivo central deste artigo. Para tanto, foi construído, de forma coletiva e participativa, um protocolo de ações fundamentado na escuta dos sujeitos, no diálogo intercultural e nos princípios da Investigação-Ação Participativa (IAP), buscando reconhecer os conhecimentos, as práticas e as formas próprias de organização da comunidade como elementos constitutivos do processo de pesquisa e mediação. O estudo tem como referência empírica a comunidade indígena Tururukari-



Uka, pertencente ao povo Omágua/Kambeba, cujos grupos encontram-se atualmente distribuídos em diferentes territórios da região amazônica. A escolha da comunidade assume particular relevância diante da ainda limitada produção acadêmica sobre os Omágua/Kambeba. Conforme assinala Silva (2012), são relativamente poucos os estudos dedicados a esse povo, condição que também repercute nos processos de transmissão intergeracional de conhecimentos relacionados à ancestralidade, aos modos de vida, às práticas de subsistência, às manifestações culturais e aos rituais. Nesse sentido, a investigação procura superar uma perspectiva de intervenção externa e unilateral, privilegiando processos de mediação construídos com a comunidade, e não apenas sobre ela, de modo a favorecer o reconhecimento de seus saberes, territorialidades e formas de reprodução sociocultural.

Além desta introdução e das considerações finais, o artigo está organizado em seis seções. A primeira contextualiza a Amazônia Ocidental, o município de Manacapuru, no estado do Amazonas, e caracteriza histórica, territorial e socioculturalmente a comunidade indígena Tururukari-Uka. A segunda analisa as práticas tradicionais de subsistência, a organização comunitária e a diversidade sociocultural dos Omágua/Kambeba, destacando as relações entre território, conhecimentos, identidade e reprodução social. A terceira discute os saberes indígenas, o diálogo intercultural e os fundamentos de uma abordagem participativa, problematizando as assimetrias epistemológicas presentes nas relações entre pesquisadores e comunidades. A quarta desenvolve conceitualmente a noção de mediação territorial, compreendida como processo relacional de construção de interfaces, negociação e articulação entre diferentes atores, instituições, conhecimentos e projetos, relacionando-a à capacidade de agência dos sujeitos territoriais. A quinta apresenta o caminho metodológico adotado, fundamentado na Investigação-Ação Participativa, detalhando as etapas de construção do protocolo desenvolvido em diálogo com a comunidade Tururukari-Uka. Por fim, a sexta seção sistematiza o protocolo como dispositivo de mediação territorial, explicitando seus princípios orientadores e discutindo suas possibilidades para a construção de processos de pesquisa e intervenção menos verticalizados, mais dialógicos e sensíveis às especificidades socioculturais dos povos indígenas.

2 Comunidades indígenas na Amazônia Ocidental: a localidade de Manacapuru e a comunidade Tururukari-Uka

A Amazônia Ocidental brasileira compreende os estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima e integra uma das regiões de maior diversidade socioambiental do planeta. Além de sua relevância ecológica, associada à biodiversidade, aos recursos hídricos e à regulação climática, caracteriza-se pela diversidade de povos, territorialidades, conhecimentos e modos de vida



historicamente constituídos em estreita relação com os ecossistemas amazônicos. Povos indígenas como Huni Kuin, Ashaninka, Yawanawá e Yanomami, entre outros, desenvolveram sistemas próprios de conhecimento, organização social e manejo dos recursos naturais, evidenciando a relação entre conservação da biodiversidade e formas de ocupação, uso e significação dos territórios.

Nesse contexto situa-se Manacapuru, município do Amazonas localizado aproximadamente 100 km a oeste de Manaus, às margens do rio Solimões, importante eixo de circulação e articulação territorial. Sua formação histórica relaciona-se à presença de diferentes povos indígenas, entre os quais Mura e Torá. A própria denominação Manacapuru remete a essa presença e, segundo Silva (2012), deriva de vocábulos de origem tupi relacionados a manacá, que significa flor, e puru, associado à ideia de matizada.

A dinâmica socioeconômica de Manacapuru mantém estreita relação com os recursos e as condições ambientais regionais. Pesca, agricultura familiar e extrativismo constituem importantes estratégias de trabalho e reprodução social, articuladas às atividades comerciais, de serviços e turismo. Historicamente, destaca-se também a produção de juta. No campo cultural, manifestações como o Festival de Cirandas expressam identidades e práticas territorialmente construídas. Essa diversidade evidencia uma concepção de território que ultrapassa sua dimensão físico-natural, incorporando relações entre sujeitos, conhecimentos, práticas produtivas, identidades e formas de apropriação e significação do espaço.

É nesse território que se encontra a comunidade indígena Tururukari-Uka, constituída por indígenas do povo Omágua/Kambéba e tomada como referência empírica desta pesquisa. Segundo Silva (2012), os Omágua/Kambéba constituem um importante povo indígena historicamente estabelecido na região dos rios Solimões e Negro, cuja trajetória está relacionada às condições socioambientais da várzea do Alto Amazonas. Essa relação não representa apenas adaptação ao ambiente natural, mas envolve conhecimentos, práticas produtivas, formas de organização social e processos históricos de construção territorial.

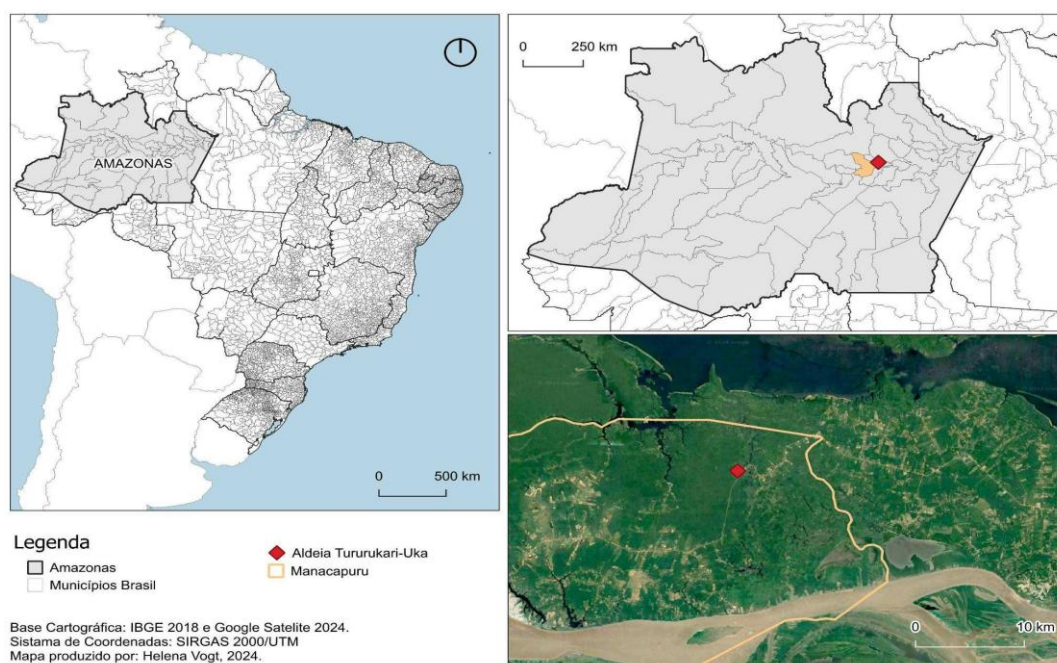
A trajetória dos Omágua/Kambéba foi profundamente marcada pela colonização, epidemias, conflitos e sucessivas pressões sobre seus territórios e modos de vida. A ocupação não indígena e as políticas indigenistas produziram deslocamentos, dispersão populacional e transformações nas formas de organização social e territorial. Ao longo do século XX, políticas conduzidas inicialmente pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e, posteriormente, pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) envolveram estratégias de tutela, territorialização e controle das populações indígenas, produzindo consequências distintas para povos e comunidades.

Para os Omágua/Kambéba, esses processos contribuíram para experiências de desterritorialização e reterritorialização, com repercussões sobre práticas culturais, transmissão de

conhecimentos e relações de pertencimento. Em determinados contextos, o silenciamento e a invisibilização identitária constituíram estratégias de proteção e sobrevivência. Conforme Silva (2012), entretanto, a recuperação e a reafirmação de cantos, danças, narrativas, mitos e outras referências culturais integram um movimento de reconstrução identitária e de superação da invisibilidade historicamente experimentada pelo povo.

Nesse processo de afirmação étnica e territorial insere-se a comunidade Tururukari-Uka. Sua denominação expressa elementos da memória coletiva Omágua/Kambeba: Tururukari remete a uma importante liderança reconhecida pela defesa do povo e de seu território, enquanto Uka significa “casa”. O nome assume, portanto, significado que ultrapassa a identificação geográfica da aldeia, remetendo à ancestralidade, ao pertencimento, à memória e à resistência.

Figura 1 - Localização da comunidade Tururukari-Uka- Manacapuru-AM



Fonte: Vogt (2024)

Compreender o território da Tururukari-Uka como espaço de vida e reprodução sociocultural também implica reconhecer que as pressões contemporâneas sobre a Amazônia ultrapassam a dimensão ambiental. Desmatamento, queimadas, mineração e expansão de atividades agropecuárias intensificam disputas pela apropriação dos recursos naturais e podem comprometer ecossistemas e condições materiais e simbólicas de reprodução dos povos indígenas. A degradação dos espaços tradicionalmente utilizados repercute sobre práticas de subsistência, segurança alimentar, transmissão intergeracional dos conhecimentos e manutenção das referências culturais, podendo ser compreendida como expressão contemporânea de processos de desterritorialização.



Somam-se a essas pressões as mudanças climáticas, que alteram regimes de chuvas, ciclos hidrológicos e períodos de cheia e vazante, afetando práticas como agricultura, pesca e extrativismo. Nesse contexto, os saberes tradicionais assumem relevância por resultarem de processos históricos de observação, experimentação e interação com os ecossistemas, constituindo parte das capacidades comunitárias de resposta às transformações socioambientais.

A conservação da Amazônia deve, portanto, ser compreendida de forma indissociável da proteção dos territórios e das condições de reprodução social e cultural dos povos que historicamente os constituem. Preservar a floresta significa também assegurar a continuidade de modos de vida, conhecimentos, identidades e territorialidades. Essa perspectiva reforça a necessidade de que pesquisas e intervenções junto às comunidades indígenas sejam construídas mediante processos participativos e interculturais, reconhecendo os sujeitos locais como produtores de conhecimentos e participantes das decisões relacionadas à conservação e ao desenvolvimento de seus territórios.

3 Práticas tradicionais de subsistência, organização comunitária e diversidade sociocultural

Em continuidade à discussão sobre território, territorialidade e reprodução sociocultural, a comunidade Tururukari-Uka evidencia que a relação dos Omágua/Kambeba com o ambiente amazônico ultrapassa a utilização dos recursos naturais para subsistência. Trata-se de uma relação histórica e multidimensional, na qual práticas produtivas, conhecimentos tradicionais, organização social, espiritualidade, identidade e pertencimento territorial estão articulados. Agricultura de roça, pesca, extrativismo e produção artesanal constituem, simultaneamente, estratégias de reprodução material e práticas de produção, atualização e transmissão intergeracional de conhecimentos e valores.

A organização social da Tururukari-Uka fundamenta-se nas relações familiares e comunitárias, conferindo centralidade à dimensão coletiva da vida social. Caciques, pajés e outras lideranças exercem funções relacionadas à orientação das decisões, à representação da comunidade e à preservação e circulação dos conhecimentos, articulando dimensões sociais, culturais, políticas e espirituais. Essa organização expressa sistemas próprios de autoridade e governança comunitária, historicamente construídos e legitimados pelo grupo.

Entre essas lideranças destaca-se Wuika Kambeba, conhecida como Dona Teca, pajé da comunidade. Sua trajetória evidencia a importância das lideranças femininas na preservação dos conhecimentos tradicionais. Segundo seu relato, antes da pandemia de Covid-19, o turismo constituía importante fonte de renda, complementada pela comercialização de artesanato, chás e

preparações relacionadas aos conhecimentos tradicionais. Pesca, caça e outras atividades vinculadas ao território, juntamente com políticas públicas de transferência de renda, integram as estratégias contemporâneas de reprodução socioeconômica da comunidade, demonstrando a coexistência entre práticas tradicionais, relações de mercado e políticas públicas.

Figura 2 - Pajé da Comunidade Tururucari-Uka Wuika Kambeba (Dona Teca)



Fonte: Revista Marie Claire (2021).

A língua constitui dimensão fundamental da identidade e da memória coletiva dos Omágua/Kambeba. O uso da língua indígena, pertencente ao tronco Tupi, juntamente com o português, expressa processos de continuidade e interação com a sociedade envolvente. Mais do que instrumento de comunicação, a língua possibilita a transmissão de conhecimentos, narrativas, mitos, valores e formas próprias de compreender o mundo. Da mesma maneira, cantos, danças, rituais, vestimentas e práticas espirituais constituem referências importantes da reprodução cultural. Na Tururucari-Uka, a espiritualidade mantém estreita relação com a natureza, evidenciando uma compreensão na qual sociedade e ambiente constituem dimensões interdependentes da existência.

Essas referências culturais devem ser compreendidas no contexto da trajetória histórica dos Omágua/Kambeba. Conforme Silva (2012), diante dos processos de invisibilização, deslocamento e transformação experimentados ao longo dos séculos, a valorização da língua, dos cantos, das danças, dos roçados, do artesanato e das vestimentas constitui importante estratégia de afirmação identitária. Isso não significa isolamento em relação à sociedade não indígena. Os Kambeba constroem diferentes formas de interlocução, incluindo o acesso à educação formal e ao ensino superior e as reivindicações por direitos territoriais e reconhecimento étnico. Tradição

e contemporaneidade constituem, portanto, dimensões articuladas de processos permanentes de reconstrução identitária.

As práticas de subsistência materializam essa articulação entre conhecimento, território e reprodução social. A agricultura de roça fundamenta-se em conhecimentos acumulados sobre ciclos naturais, solos, espécies e períodos de plantio e colheita, envolvendo cultivos como mandioca, milho e banana. A pesca no rio Solimões e em cursos d'água próximos pressupõe conhecimentos sobre ambientes aquáticos, espécies e ciclos hidrológicos. Complementarmente, o extrativismo proporciona frutos, sementes, castanhas, fibras e plantas utilizadas na alimentação, no artesanato e nos cuidados tradicionais com a saúde. Tais práticas expressam conhecimentos ecológicos construídos mediante interação continuada com os ecossistemas amazônicos.

O artesanato articula dimensões econômicas, culturais e identitárias. Produzido com sementes, palhas, fibras vegetais e outros materiais disponíveis no território, constitui expressão da cultura material Omágua/Kambeba e mecanismo de transmissão de conhecimentos, ao mesmo tempo que sua comercialização representa uma possibilidade de geração complementar de renda.

Figura 3- Artesanato dos Tururukari-Uka atualmente



Fonte: Pesquisa (2023)

A relação da Tururukari-Uka com a floresta pode, assim, ser compreendida a partir de uma perspectiva de interdependência socioecológica. Floresta, rios e biodiversidade fornecem recursos indispensáveis à reprodução material, mas constituem também espaços de memória, aprendizagem, espiritualidade e identidade. Reciprocamente, conhecimentos acumulados e transmitidos entre gerações orientam práticas de cultivo, pesca, coleta e manejo dos recursos



naturais. Essa perspectiva permite superar interpretações que posicionam as comunidades indígenas apenas como beneficiárias de políticas de conservação, reconhecendo seus conhecimentos, formas de organização e capacidade de agência como componentes dos processos de conservação da biodiversidade e produção do território.

Essa compreensão possui implicações metodológicas para a pesquisa. Se as práticas produtivas, culturais e ambientais estão fundamentadas em conhecimentos historicamente construídos e territorialmente situados, ações externas não podem pressupor soluções previamente definidas por pesquisadores ou instituições. Torna-se necessário construir processos de mediação territorial fundamentados na escuta, no diálogo intercultural e na Investigação-Ação Participativa, capazes de colocar conhecimentos acadêmicos e indígenas em interlocução sem estabelecer previamente uma relação hierárquica entre eles. É a partir desse pressuposto que se estrutura a proposta metodológica de mediação desenvolvida neste estudo com a comunidade Tururukari-Uka.

4 Saberes indígenas, diálogo intercultural e mediação territorial: fundamentos para uma abordagem participativa

A comunidade Tururukari-Uka, assim como outros povos e comunidades indígenas da Amazônia, constitui um espaço de produção, transmissão e permanente reelaboração de conhecimentos construídos historicamente na relação com o território. Como discutido anteriormente, esses saberes não se restringem às práticas de agricultura, pesca, extrativismo e manejo da floresta, mas abrangem formas próprias de compreender os ciclos da natureza, os ambientes aquáticos e florestais, as espécies vegetais e animais, as plantas utilizadas nos cuidados com a saúde, bem como estratégias de organização da vida coletiva e de reprodução social. Trata-se, portanto, de um sistema de conhecimentos territorialmente situado, transmitido entre gerações e continuamente atualizado diante das transformações ambientais, sociais, econômicas e culturais vivenciadas pela comunidade.

Esses conhecimentos assumem especial relevância diante das pressões contemporâneas que incidem sobre os territórios amazônicos. Conforme destacado nas seções anteriores, desmatamento, mudanças climáticas, exploração dos recursos naturais e diferentes processos de desterritorialização afetam não apenas os ecossistemas, mas também as condições de reprodução dos modos de vida indígenas. Nesse contexto, os conhecimentos desenvolvidos historicamente pelos Omágua/Kambéba acerca da floresta, dos rios, das espécies e dos ciclos naturais constituem recursos fundamentais para interpretar transformações ambientais e construir estratégias de manejo, adaptação e reprodução sociocultural. A conservação da biodiversidade amazônica



encontra-se, assim, estreitamente relacionada à proteção dos territórios e ao reconhecimento dos povos indígenas como sujeitos que produzem conhecimentos e práticas de gestão socioambiental.

Essa compreensão possui implicações importantes para a forma como a pesquisa científica se aproxima das comunidades indígenas. Se os sujeitos que vivem no território são produtores de conhecimentos, a investigação não pode concebê-los apenas como fontes de informação ou objetos de observação. É necessário problematizar as relações estabelecidas entre pesquisador e comunidade e, especialmente, as assimetrias epistemológicas que podem atravessar a produção do conhecimento científico.

Nesse sentido, as contribuições de Viveiros de Castro (2002) são particularmente relevantes. Para o autor, o conhecimento antropológico constitui uma relação social, uma vez que emerge das relações estabelecidas entre aquele que conhece e aquele que é conhecido, produzindo transformações nos sujeitos envolvidos nessa interação. Ao problematizar a posição privilegiada tradicionalmente atribuída ao pesquisador — aquele que interpreta, traduz, contextualiza e atribui significado ao discurso do outro —, Viveiros de Castro chama atenção para as assimetrias presentes na relação entre conhecimento acadêmico e conhecimento nativo. A questão não se limita, portanto, à necessidade de uma postura respeitosa diante da diferença cultural, mas envolve o reconhecimento de que o conhecimento produzido pela pesquisa é relacional e de que os sujeitos pesquisados possuem seus próprios sistemas de interpretação e produção de sentidos.

Essa reflexão torna-se particularmente importante em pesquisas realizadas com povos indígenas, pois questiona abordagens nas quais o pesquisador ocupa exclusivamente a posição de intérprete autorizado da realidade observada. Em lugar de transformar a comunidade e seus conhecimentos em objetos externos de análise, propõe-se estabelecer uma relação de interlocução na qual diferentes formas de conhecer possam entrar em diálogo. Isso não significa apagar as diferenças entre conhecimento acadêmico e conhecimento indígena, tampouco pressupor uma equivalência automática entre eles, mas reconhecer sua legitimidade, suas especificidades e as possibilidades de construção compartilhada de interpretações e ações.

No caso da comunidade Tururukari-Uka, essa perspectiva orientou a construção de uma abordagem de mediação territorial fundamentada no respeito às formas próprias de organização, aos conhecimentos, aos valores e às decisões da comunidade. A mediação é compreendida, neste estudo, não como simples transferência de conhecimentos, tecnologias ou soluções provenientes de agentes externos, mas como um processo relacional de aproximação, diálogo, negociação e aprendizagem entre sujeitos portadores de diferentes conhecimentos e experiências. O mediador, nessa perspectiva, não ocupa o lugar daquele que determina previamente as necessidades da comunidade ou oferece respostas prontas, mas atua na construção de condições para que problemas, interesses, capacidades e possibilidades de ação sejam identificados e discutidos



conjuntamente.

5. Mediação territorial: do processo de intervenção à construção compartilhada da ação

A discussão sobre mediação territorial proposta neste artigo parte da compreensão de que ações de pesquisa, extensão, políticas públicas ou projetos de desenvolvimento não constituem processos neutros ou exclusivamente técnicos. Toda intervenção coloca em relação sujeitos, instituições, conhecimentos, interesses, recursos e diferentes formas de interpretar a realidade. Desse modo, mais do que considerar os objetivos previamente estabelecidos pelos agentes externos, torna-se necessário compreender como as ações são interpretadas, negociadas, apropriadas, transformadas ou recusadas pelos sujeitos envolvidos.

Deponti (2010), ao analisar processos de intervenção para o desenvolvimento rural, questiona sua compreensão como uma sequência linear entre planejamento, implementação e resultados. A intervenção constitui um processo social marcado pelo encontro entre diferentes sistemas de sentido, visões de mundo, conhecimentos, interesses e estratégias. Os atores locais não recebem passivamente as propostas externas, mas as interpretam a partir de suas experiências e referenciais, podendo apropriá-las, modificá-las, ressignificá-las ou resistir a elas. Essa perspectiva é particularmente relevante em contextos indígenas, nos quais as ações externas ingressam em territórios historicamente constituídos por relações sociais, culturais, políticas, ambientais e simbólicas próprias.

Nesse sentido, a mediação não pode ser compreendida como simples transferência de conhecimentos de um agente supostamente detentor do saber para sujeitos considerados seus receptores. Conforme Deponti (2010), a função mediadora pressupõe a construção de interfaces entre diferentes conhecimentos, experiências e formas de interpretação da realidade. Mediar implica, portanto, estabelecer relações de reciprocidade, interlocução, tradução e negociação, reconhecendo a capacidade de agência dos sujeitos envolvidos.

A partir dessa perspectiva, propõe-se ampliar a noção de mediação social para a de mediação territorial. Neste artigo, a mediação territorial é compreendida como um processo relacional, situado e contínuo de construção de interfaces entre atores, instituições, saberes e projetos que interagem em determinado território. Esse processo envolve escuta, tradução, negociação e reconhecimento das diferenças e das assimetrias de poder, buscando favorecer a construção compartilhada da ação sem desconsiderar os conhecimentos, identidades, capacidades de agência e projetos de futuro dos sujeitos territoriais.

O qualificativo *territorial* amplia a compreensão da mediação para além da relação



interpessoal entre mediador e mediado. O território não constitui apenas o espaço físico no qual a mediação ocorre, mas participa da própria configuração desse processo, uma vez que relações históricas, conhecimentos territorializados, redes sociais e institucionais, identidades, conflitos, formas de apropriação dos recursos e relações de poder condicionam as possibilidades e os limites da ação mediadora. Qualificar a intervenção exige, assim, compreendê-la no espaço sociovital dos sujeitos, reconhecendo os diferentes significados atribuídos às ações e as interfaces produzidas pelo encontro entre diferentes visões de mundo.

Essa perspectiva também exige reconhecer que a mediação não elimina as assimetrias de poder. Os agentes externos podem mobilizar conhecimentos técnicos, recursos financeiros, vínculos institucionais e acesso diferenciado às políticas públicas, enquanto os atores locais possuem conhecimentos territorializados, redes sociais, estratégias próprias e capacidade de agência. Portanto, a adoção de metodologias participativas não produz automaticamente relações horizontais. Conforme discutido por Deponti (2010), mesmo processos orientados por princípios democráticos e participativos permanecem atravessados por relações de poder. Essa dimensão é particularmente relevante para evitar uma compreensão idealizada da mediação territorial.

Nessa perspectiva, o mediador não deve assumir a condição de porta-voz dos sujeitos nem falar em seu nome. Em contextos indígenas, esse cuidado assume especial relevância, pois representar a voz do outro pode reproduzir justamente seu silenciamento. A função do mediador desloca-se, assim, daquele que identifica necessidades e oferece soluções para aquele que constrói condições para a interlocução, favorecendo a expressão dos sujeitos, a circulação de conhecimentos, a negociação das diferenças e a construção compartilhada de possibilidades de ação. No caso da Tururukari-Uka, isso significa reconhecer que pesquisadores, universidades e instituições parceiras não substituem a comunidade na definição de suas prioridades, mas podem contribuir para fortalecer interfaces de diálogo, articulação e decisão.

A mediação territorial configura-se, portanto, menos como uma técnica específica e mais como uma postura teórico-metodológica e ético-política diante dos processos de intervenção. Sua qualidade não deve ser avaliada exclusivamente pelo cumprimento das ações inicialmente planejadas, mas também pela capacidade de construir interfaces, reconhecer diferentes conhecimentos, explicitar e negociar assimetrias, ampliar a participação dos atores e fortalecer sua capacidade de decisão sobre questões relacionadas ao próprio território. A mediação territorial oferece uma contribuição ao campo do Desenvolvimento Regional justamente porque questiona abordagens exógenas e homogêneas de desenvolvimento e recoloca no centro atores, conhecimentos, territorialidades e capacidades de agência. Nesta perspectiva, o desenvolvimento regional deixa de ser concebido como resultado de uma intervenção realizada sobre o território e passa a ser compreendido como processo construído com os sujeitos do território. Essa concepção



reconhece a diversidade territorial e a capacidade de agência dos atores como elementos constitutivos dos processos de desenvolvimento.

É nesse ponto que a mediação territorial se aproxima da Investigação-Ação Participativa (IAP). Ambas questionam relações unidirecionais entre agentes externos e sujeitos locais e reconhecem que conhecimento e ação são produzidos nas interações. No presente estudo, a IAP constitui o caminho metodológico por meio do qual os princípios da mediação territorial são operacionalizados na experiência com a comunidade Tururukari-Uka. A seção seguinte apresenta essa operacionalização, detalhando a construção do protocolo, suas etapas, técnicas e dispositivos de participação, validação e devolutiva.

6. Mediação territorial e investigação-ação participativa: construção de um protocolo metodológico com a comunidade Tururukari-Uka

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter participativo, desenvolvida com a comunidade indígena Tururukari-Uka, em Manacapuru (AM), segundo os princípios da Investigação-Ação Participativa (IAP). A aproximação empírica ocorreu de forma gradual, inicialmente por meio da constituição de uma rede de interlocução com organizações e instituições atuantes no território e, posteriormente, mediante duas visitas presenciais à comunidade, complementadas por uma atividade on-line com os jovens. Na primeira visita, foi realizada entrevista com a liderança da comunidade, acompanhada de conversa coletiva para apresentação, discussão e adequação da proposta de pesquisa. Na segunda visita, foram entrevistados a professora da escola indígena, pertencente à própria comunidade, e o novo líder comunitário, além de terem sido realizadas conversas com a pajé e outros três indígenas. Também foi promovida uma atividade virtual com a participação dos jovens da comunidade. Ao todo, aproximadamente 30 pessoas participaram das diferentes etapas da pesquisa, envolvendo lideranças, jovens e demais integrantes da Tururukari-Uka. A participação ocorreu de forma voluntária e mediada pelas próprias formas de organização comunitária, respeitando-se as decisões, os tempos e as prioridades dos sujeitos. Para a produção das informações foram utilizadas entrevistas, conversas coletivas, escuta ativa, observação e reconhecimento do território, além de registros fotográficos, gravações, anotações e caderno de campo. Os materiais produzidos foram posteriormente organizados e sistematizados qualitativamente, buscando identificar aspectos relacionados à história da comunidade, aos modos de vida, aos saberes, às práticas socioculturais, às formas de organização, às relações territoriais e às demandas expressas pelos participantes. A validação constituiu princípio transversal da investigação: todas as atividades foram previamente dialogadas e autorizadas pela comunidade, e os objetivos, encaminhamentos e interpretações decorrentes da



pesquisa foram submetidos à apreciação dos sujeitos envolvidos, possibilitando complementações, questionamentos e redefinições ao longo do processo. Dessa forma, a devolutiva não foi concebida apenas como etapa final, mas como parte do movimento contínuo de reflexão–ação–reflexão característico da IAP.

A partir dos pressupostos apresentados nas seções anteriores, a aproximação com a comunidade Tururukari-Uka foi concebida não como uma intervenção externa previamente definida, mas como um processo de mediação territorial construído progressivamente com os sujeitos do território. Para operacionalizar essa perspectiva, desenvolveu-se um protocolo metodológico fundamentado nos princípios da Investigação-Ação Participativa (IAP), tendo como eixos orientadores a escuta, o diálogo intercultural, o reconhecimento dos saberes indígenas, a participação nas decisões e o respeito às formas de organização, aos tempos e às prioridades da comunidade.

O protocolo não deve ser compreendido como um roteiro rígido ou como uma sequência linear de procedimentos. Ao contrário, constitui uma estrutura metodológica aberta e adaptativa, passível de revisão ao longo da investigação em função das demandas, avaliações e decisões coletivas. Essa característica decorre da própria concepção da IAP, segundo a qual conhecimento e ação são produzidos em um movimento contínuo de aproximação, reflexão, intervenção, avaliação e reelaboração. Dessa forma, as etapas descritas a seguir representam momentos articulados de um processo que busca conciliar rigor metodológico, compromisso ético e protagonismo dos sujeitos envolvidos.

- Levantamento preliminar e aproximação com o contexto territorial

A primeira etapa consistiu no levantamento e na análise de materiais bibliográficos e documentais sobre a Amazônia Ocidental, o povo Omágua/Kambebe e, particularmente, a comunidade Tururukari-Uka. O objetivo foi construir uma compreensão inicial das dimensões históricas, territoriais e socioculturais relacionadas à comunidade, evitando que a aproximação empírica ocorresse de forma descontextualizada.

Paralelamente, foram examinadas contribuições teórico-metodológicas, sobretudo latino-americanas, relacionadas à Investigação-Ação Participativa e ao trabalho com comunidades e atores territoriais, com destaque para Fals Borda (2008), Ramírez (2020; 2024), Pestaña e Alcázar (2000) e Moreno e Espadas (2002). Essa etapa possibilitou estabelecer os fundamentos epistemológicos que posteriormente orientaram a aproximação, a escuta e a construção das ações com a comunidade.

- Constituição de uma rede institucional de mediação e apoio



Antes do primeiro contato direto com a Tururukari-Uka, buscou-se constituir uma rede de interlocução com instituições e organizações que possuem atuação e relações estabelecidas no território. Participaram desse processo a Coordenação dos Povos Indígenas do Médio Solimões e Entorno (COPIME), a Associação dos Kambeba (ATK), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e órgãos públicos relacionados à ciência e tecnologia.

A constituição dessa rede mostrou-se relevante para evitar uma entrada descontextualizada no território e favorecer uma aproximação mediada por relações institucionais previamente existentes. A EMBRAPA desempenhou papel particularmente importante no estabelecimento do contato inicial entre a pesquisadora e as lideranças da comunidade. A mediação institucional, contudo, foi compreendida apenas como mecanismo de aproximação, não substituindo a necessária anuência, participação e decisão da própria comunidade sobre o desenvolvimento da pesquisa.

- Aproximação territorial, reconhecimento e escuta ativa

A primeira visita à comunidade assumiu caráter exploratório e, sobretudo, de aproximação e escuta. Foram realizadas conversas com lideranças e demais integrantes da Tururukari-Uka com o propósito de conhecer suas percepções sobre o território, formas de organização, práticas de subsistência, manifestações culturais, conhecimentos, demandas e expectativas.

Também foi realizado o reconhecimento dos espaços da comunidade, incluindo moradias, áreas de cultivo e estruturas de uso coletivo. Mais do que produzir um inventário físico do território, essa aproximação procurou compreender os significados atribuídos aos espaços e às práticas pelos próprios sujeitos. A escuta ativa constituiu, portanto, um princípio metodológico fundamental, buscando deslocar o ponto de partida da pesquisa das questões previamente formuladas pelos pesquisadores para as experiências e interpretações produzidas pela comunidade.

- Apresentação, negociação e construção coletiva da pesquisa

Após a aproximação inicial, a proposta de pesquisa foi apresentada à comunidade em reunião articulada com a liderança local. Esse momento constituiu uma etapa decisiva do protocolo, pois possibilitou discutir coletivamente objetivos, possibilidades, limites e formas de participação.

Estabeleceu-se como princípio que as ações subsequentes deveriam ser discutidas e validadas com a comunidade, respeitando seus tempos, formas de organização e prioridades. Dessa maneira, a participação não foi concebida apenas como adesão dos sujeitos a atividades



previamente planejadas, mas como possibilidade de interferência no próprio percurso da investigação.

Esse princípio aproxima-se da compreensão de Moreno e Espadas (2002) de que participação social não corresponde simplesmente à mobilização dos sujeitos, mas implica reflexão coletiva sobre os processos que condicionam a vida social e sobre as possibilidades de sua transformação. A IAP assume, assim, uma dimensão simultaneamente investigativa e política: produz conhecimento sobre determinada realidade ao mesmo tempo que amplia a capacidade dos sujeitos de interpretá-la e agir sobre ela.

- Registro, sistematização e construção da memória coletiva

A partir da escuta inicial, identificou-se a importância de sistematizar conhecimentos, narrativas e registros relacionados à história e às práticas da comunidade. Entrevistas, narrativas orais, registros fotográficos, documentos históricos e anotações de campo constituem fontes que permitem organizar aspectos da memória social da Tururukari-Uka.

A sistematização, entretanto, não é compreendida apenas como procedimento técnico realizado pelo pesquisador. Na perspectiva adotada, ela deve constituir processo compartilhado de organização, interpretação e validação das informações, no qual a comunidade possa reconhecer, complementar, questionar e atribuir significado ao conhecimento produzido. Além de subsidiar a pesquisa, esse material poderá contribuir para ações educativas, culturais e de fortalecimento da memória coletiva, observados os critérios definidos pela própria comunidade para registro, circulação e utilização desses conhecimentos.

- Ações intergeracionais com crianças e jovens

A partir das demandas manifestadas pela comunidade, incorporou-se ao protocolo a realização de atividades com crianças e jovens voltadas à valorização da identidade, da memória e dos saberes indígenas. A inclusão dessa dimensão evidencia a importância da transmissão intergeracional na continuidade cultural da comunidade e reconhece crianças e jovens como sujeitos ativos dos processos de reprodução e transformação das territorialidades.

As ações deverão ser definidas conjuntamente com a comunidade, evitando que conteúdos, formatos e estratégias pedagógicas sejam estabelecidos exclusivamente pelos pesquisadores. Busca-se, dessa forma, criar espaços nos quais diferentes gerações possam participar da produção e circulação de conhecimentos sobre história, território, práticas culturais e identidade Omágua/Kambeba.

- Técnicas de produção e interpretação das informações



O protocolo prevê a combinação de técnicas qualitativas compatíveis com os princípios da IAP, entre as quais entrevistas, grupos focais, histórias de vida, observação participante, análise documental, caderno de campo, registros fotográficos e encontros presenciais e virtuais. A definição das técnicas a serem empregadas em cada etapa depende dos objetivos específicos e das condições estabelecidas conjuntamente com a comunidade.

A utilização desses instrumentos não constitui um fim em si mesma. Sua função é criar diferentes possibilidades de expressão, escuta, registro e interpretação da realidade, adequando linguagens e procedimentos aos sujeitos e aos contextos nos quais a investigação ocorre. Particular atenção deve ser conferida aos conhecimentos e informações cuja circulação possa ser considerada restrita pela comunidade, reconhecendo que nem todo saber compartilhado durante a pesquisa deve necessariamente ser registrado, sistematizado ou divulgado.

- O ciclo reflexão–ação–reflexão e a devolutiva como princípio metodológico

A dinâmica que articula as diferentes etapas do protocolo fundamenta-se no movimento contínuo de reflexão–ação–reflexão. Cada momento da investigação produz conhecimentos que são discutidos com os sujeitos, podendo gerar novas interpretações, redefinições de prioridades e reformulação das ações subsequentes. O percurso metodológico assume, portanto, caráter recursivo, e não linear.

Nesse processo, a devolutiva não deve ocorrer somente ao término da investigação. Ela constitui um princípio transversal, presente nos diferentes momentos da pesquisa, permitindo que interpretações e resultados parciais sejam discutidos, complementados ou revistos pelos participantes. Busca-se, com isso, ampliar o protagonismo da comunidade na produção e validação do conhecimento.

Essa perspectiva encontra respaldo em Pestaña e Alcázar (2000), para quem a IAP se estrutura como processo cíclico de reflexão–ação–reflexão e pressupõe uma relação sujeito-sujeito, na qual os atores deixam de ocupar exclusivamente a posição de objetos de estudo e passam a participar criticamente da produção do conhecimento e das possibilidades de transformação da realidade.

7 O protocolo como dispositivo de mediação territorial

As etapas anteriormente descritas podem ser sintetizadas em um conjunto de princípios orientadores para processos de mediação territorial em comunidades indígenas. O Quadro 1 apresenta esses elementos, adaptados das contribuições de Ramírez (2020) e articulados à experiência desenvolvida com a Tururukari-Uka.

Quadro 1 – Princípios orientadores do protocolo de mediação territorial fundamentado na investigação-ação participativa

Princípios e ações	Dispositivos metodológicos
Estabelecer comunicação clara, ética e transparente	Priorizar o diálogo de saberes e criar condições para que os sujeitos expressem suas percepções, conhecimentos e prioridades
Definir conjuntamente as relações e responsabilidades entre pesquisadores e comunidade	Adequar linguagens, procedimentos e estratégias de interação às características socioculturais dos sujeitos
Reconhecer as características socioprodutivas, culturais e territoriais	Construir registros e sistematizações participativas, podendo resultar em inventários, memoriais ou outros produtos definidos coletivamente
Favorecer uma compreensão multidimensional do território	Utilizar metodologias contextualizadas capazes de articular dimensões sociais, culturais, ambientais, econômicas e políticas
Conhecer experiências e estudos anteriores	Construir relações de confiança e evitar a repetição de intervenções desarticuladas da trajetória da comunidade
Identificar potencialidades, demandas e eixos integradores	Elaborar coletivamente possibilidades de ação e estabelecer prioridades a partir da perspectiva dos sujeitos
Evitar práticas descontextualizadas e juízos externos sobre os modos de vida	Exercitar alteridade, escuta e respeito às diferenças epistemológicas e culturais
Realizar devolutivas ao longo do processo	Submeter registros, interpretações e proposições à discussão e validação da comunidade

Fonte: Elaboração dos autores, adaptado de Ramírez (2020).

A opção pela Investigação-Ação Participativa como fundamento da proposta metodológica decorre, portanto, da compreensão de que estratégias voltadas à valorização da diversidade sociocultural e socioambiental não podem ser produzidas sem a participação efetiva dos sujeitos que constituem os territórios. O conhecimento passa a ser compreendido como resultado de uma relação entre diferentes sujeitos e sistemas de saber, na qual pesquisadores e atores sociais interagem na interpretação de uma realidade complexa e na construção de possibilidades de ação (Ramírez, 2020).

Fals Borda (2008), Ramírez (2020), Pestaña e Alcázar (2000) e Moreno e Espadas (2002) convergem, ainda que a partir de diferentes formulações, para uma concepção de investigação na qual os atores sociais assumem papel ativo na identificação dos problemas, na produção e interpretação das informações, na tomada de decisões e nos processos de reflexão e ação. Nessa perspectiva, o diálogo de saberes não significa incorporar os conhecimentos locais apenas como informações complementares ao conhecimento científico, mas estabelecer condições para uma relação menos assimétrica entre diferentes formas de conhecer.

A noção de vivência, desenvolvida por Fals Borda (2008), contribui especialmente para essa compreensão. O autor destaca a necessidade de construir relações marcadas pela empatia,



pela aproximação e pela busca de maior simetria entre pesquisadores e sujeitos sociais. A vivência possibilita escutar discursos produzidos a partir de diferentes matrizes intelectuais e culturais, reconhecendo-os como constitutivos do próprio processo de produção do conhecimento. Essa perspectiva converge com o princípio anteriormente discutido de que pesquisar com povos indígenas exige deslocar a relação tradicional entre aquele que interpreta e aquele que é interpretado.

Do ponto de vista epistemológico, a IAP também questiona a separação rígida entre produção de conhecimento e transformação da realidade. Conforme Balcázar (2003), a participação pode favorecer processos nos quais os sujeitos desenvolvem uma leitura crítica de sua realidade, valorizam suas próprias capacidades investigativas e se reconhecem como agentes capazes de participar de processos de mudança. A investigação deixa, assim, de se encerrar na elaboração de diagnósticos ou na publicação dos resultados, incorporando uma dimensão de aprendizagem coletiva e fortalecimento das capacidades dos atores.

No caso da Tururukari-Uka, o protocolo proposto procura materializar esses pressupostos por meio da articulação entre escuta, diálogo intercultural, participação, sistematização compartilhada, ação e devolutiva. Sua contribuição metodológica não reside na pretensão de estabelecer um modelo universal para intervenções em comunidades indígenas, uma vez que cada povo e território apresenta histórias, instituições, conhecimentos e formas próprias de organização. Sua contribuição está, antes, na sistematização de princípios e procedimentos adaptáveis que podem auxiliar pesquisadores e instituições a construir processos de aproximação e mediação territorial menos verticalizados, mais reflexivos e sensíveis às especificidades socioculturais.

Dessa forma, a estrutura metodológica construída com a comunidade Tururukari-Uka procura deslocar a pesquisa sobre os sujeitos para uma investigação construída com os sujeitos. O ciclo reflexão–ação–reflexão constitui o elemento articulador desse processo, permitindo que diagnóstico, interpretação, ação e avaliação se retroalimentem continuamente. Mais do que uma técnica de pesquisa, a Investigação-Ação Participativa configura-se, neste estudo, como fundamento epistemológico e ético da mediação territorial, orientando a construção compartilhada do conhecimento e reconhecendo os atores indígenas como sujeitos de conhecimento, decisão e transformação de seus próprios territórios.

A construção do protocolo de mediação territorial constitui um dos principais resultados da pesquisa. Sua configuração não decorreu da aplicação de um modelo previamente definido, mas foi sendo construída e ajustada a partir da aproximação com a comunidade Tururukari-Uka, das interações estabelecidas no território e das demandas identificadas ao longo do processo. As duas visitas presenciais, a atividade on-line com os jovens e a interlocução com aproximadamente 30 participantes permitiram compreender que a mediação territorial exigia procedimentos



suficientemente flexíveis para incorporar os tempos, as formas de organização, os conhecimentos e as decisões da própria comunidade.

Um primeiro resultado consistiu na constituição de uma rede de mediação e apoio institucional, envolvendo organizações indígenas e instituições com atuação no território. Essa articulação antecedeu a entrada em campo e contribuiu para que a aproximação não ocorresse de maneira descontextualizada, favorecendo o conhecimento prévio das dinâmicas locais e o estabelecimento de relações de confiança. A experiência demonstrou, assim, que a entrada no território constitui, ela própria, uma etapa da mediação, devendo ser construída por meio de interlocutores reconhecidos e respeitando as formas locais de organização.

A aproximação institucional e comunitária representou um segundo resultado relevante. Na primeira visita, a entrevista com a liderança e a conversa com integrantes da comunidade permitiram apresentar e discutir a proposta, em vez de simplesmente comunicar atividades previamente definidas. Na segunda visita, a interlocução foi ampliada mediante entrevista com a professora indígena da escola e com o novo líder comunitário, além de conversas com a pajé e outros integrantes da comunidade. A mudança da liderança durante o processo também evidenciou a necessidade de que o protocolo incorporasse a capacidade de adaptação às transformações internas do território, evitando vincular a pesquisa exclusivamente a um único interlocutor.

O reconhecimento territorial e a escuta dos sujeitos possibilitaram identificar conhecimentos, práticas, formas de organização e demandas que dificilmente seriam apreendidos exclusivamente por levantamento bibliográfico ou documental. As entrevistas, conversas, observações e registros de campo evidenciaram que o território não poderia ser tratado apenas como local de realização da pesquisa, mas como dimensão constitutiva do próprio processo metodológico. Desse modo, conhecer o território passou a significar também compreender as relações sociais, culturais, ambientais e simbólicas que orientam a vida comunitária.

Outro resultado foi a incorporação da dimensão intergeracional ao processo de mediação. A atividade on-line realizada com os jovens ampliou a participação para além das lideranças e dos adultos inicialmente envolvidos, permitindo incorporar outras perspectivas sobre identidade, memória, conhecimentos e futuro da comunidade. Essa experiência reforçou a necessidade de contemplar diferentes gerações e posições sociais na construção das ações, evitando que a interlocução com a comunidade seja reduzida exclusivamente às suas representações formais. A participação dos jovens também evidenciou o potencial de ações futuras voltadas à transmissão intergeracional dos conhecimentos e à valorização da memória e da identidade Omágua/Kambeba.

A experiência resultou ainda na redefinição da lógica originalmente prevista para as ações. O contato com a comunidade demonstrou que uma proposta concebida externamente não poderia ser simplesmente executada conforme um planejamento prévio. As atividades precisaram



ser dialogadas, autorizadas e ajustadas às demandas, possibilidades e decisões dos participantes. Dessa forma, a flexibilidade deixou de representar apenas uma característica operacional da pesquisa e passou a constituir um princípio do protocolo: objetivos e instrumentos podem ser revistos sempre que o processo de interação revelar novas demandas ou quando a comunidade considerar necessária sua reformulação.

Esses resultados permitiram sistematizar os princípios orientadores do protocolo de mediação territorial: aproximação gradual e contextualizada; construção de relações de confiança; anuência comunitária; escuta ativa; reconhecimento dos conhecimentos indígenas; diálogo intercultural; participação de diferentes sujeitos e gerações; respeito às formas locais de organização; negociação permanente das ações; flexibilidade metodológica; registro e sistematização compartilhada; devolutiva e validação comunitária; e continuidade do movimento de reflexão-ação-reflexão. O protocolo, portanto, não constitui somente um instrumento elaborado para orientar etapas futuras da investigação, mas representa um resultado produzido a partir da própria experiência de pesquisa e das relações estabelecidas com a Tururukari-Uka.

Nesse sentido, a principal aprendizagem decorrente do processo é que a mediação territorial não antecede a relação com os sujeitos nem pode ser integralmente planejada fora do território. Ela se constrói na relação, à medida que pesquisadores e comunidade estabelecem interfaces, reconhecem diferenças, negociam possibilidades e redefinem conjuntamente os caminhos da investigação. O protocolo sistematiza essas aprendizagens sem pretender convertê-las em uma sequência rígida ou universal. Sua contribuição reside justamente em oferecer princípios orientadores que possam ser adaptados às particularidades socioculturais, políticas e territoriais de cada contexto, mantendo como pressuposto fundamental a construção da pesquisa com os sujeitos do território e não apenas sobre eles.

8 Considerações finais

A análise da experiência desenvolvida junto à comunidade indígena Tururukari-Uka, em Manacapuru (AM), evidencia que compreender os processos de desenvolvimento em contextos indígenas amazônicos requer ultrapassar interpretações que tratam o território apenas como espaço físico, base de recursos naturais ou suporte para intervenções externas. O território constitui-se, simultaneamente, como espaço de vida, memória, ancestralidade, identidade, produção de conhecimentos, relações sociais e reprodução material e simbólica. No caso dos Omágua/Kambeba, essa dimensão assume particular relevância diante de uma trajetória histórica marcada por processos de desterritorialização e reterritorialização, invisibilização e, simultaneamente, por estratégias de resistência, reconstrução identitária e reafirmação territorial.



A experiência da Tururukari-Uka demonstra, ainda, que os conhecimentos indígenas não podem ser compreendidos como elementos estáticos pertencentes ao passado. Os saberes relacionados à agricultura, à pesca, ao extrativismo, às plantas, aos ciclos naturais, à espiritualidade, à produção artesanal e às formas de organização comunitária são continuamente transmitidos, reinterpretados e atualizados diante das transformações sociais e ambientais. Nesse sentido, a comunidade não constitui apenas depositária de conhecimentos tradicionais, mas sujeito ativo na produção, reprodução e ressignificação de conhecimentos territorialmente situados. Essa constatação possui implicações importantes para as formas pelas quais universidades, instituições públicas e demais agentes externos estabelecem relações com povos indígenas.

É nesse aspecto que se situa a principal contribuição deste artigo: a proposição e a sistematização de uma estrutura metodológica destinada a orientar processos de mediação territorial em contextos indígenas, construída a partir da experiência com a comunidade Tururukari-Uka e fundamentada nos princípios da Investigação-Ação Participativa (IAP). O protocolo desenvolvido não pretende constituir um modelo universal ou replicável de maneira automática em diferentes comunidades. Ao contrário, sua contribuição reside na sistematização de princípios e procedimentos adaptáveis — aproximação territorial, constituição de redes de apoio, escuta ativa, diálogo intercultural, negociação das ações, reconhecimento dos saberes locais, sistematização compartilhada, devolutiva e ciclos de reflexão-ação-reflexão — que podem contribuir para relações menos verticalizadas entre pesquisadores, instituições e sujeitos territoriais.

A experiência analisada permite compreender a mediação territorial não como transferência de conhecimentos, tecnologias ou soluções previamente formuladas, mas como processo relacional no qual diferentes sujeitos, conhecimentos, interesses e capacidades são colocados em interação. Nessa perspectiva, mediar significa construir condições para o diálogo, reconhecer diferenças e assimetrias, favorecer processos de aprendizagem recíproca e possibilitar que necessidades, potencialidades e alternativas sejam definidas com os sujeitos que vivem e produzem o território. Tal compreensão desloca a lógica da intervenção sobre a comunidade para a construção de processos com a comunidade.

A Investigação-Ação Participativa mostrou-se coerente com essa perspectiva ao questionar a separação rígida entre pesquisador e pesquisado e reconhecer os atores territoriais como sujeitos da produção do conhecimento. Entretanto, a experiência também permite afirmar que a utilização da IAP, por si só, não garante horizontalidade, protagonismo ou transformação social. A participação precisa ser construída ao longo do processo e depende da qualidade das relações estabelecidas, da confiança, dos tempos da comunidade, das possibilidades concretas de intervenção dos participantes nas decisões e, sobretudo, da disposição dos pesquisadores para rever



objetivos, procedimentos e interpretações inicialmente formulados. A IAP configura-se, assim, menos como um conjunto predeterminado de técnicas e mais como uma postura epistemológica, ética e política diante da produção compartilhada do conhecimento.

Essa discussão apresenta implicações para o campo do desenvolvimento regional. A experiência da Tururukari-Uka reforça a necessidade de compreender o desenvolvimento a partir da diversidade territorial e das capacidades dos sujeitos, afastando-se de perspectivas que pressupõem trajetórias homogêneas ou soluções formuladas externamente aos territórios. Em contextos indígenas amazônicos, desenvolvimento não pode ser dissociado da autonomia, da proteção territorial, da reprodução sociocultural, da valorização dos conhecimentos, da conservação da biodiversidade e da capacidade dos sujeitos de participar das decisões que afetam seus modos de vida. A diversidade sociocultural e socioambiental deixa, nessa perspectiva, de representar um elemento periférico das estratégias de desenvolvimento para constituir uma de suas dimensões estruturantes.

Da mesma forma, a conservação da biodiversidade amazônica não pode ser separada da proteção dos povos e dos territórios que historicamente participam de sua produção e manutenção. As práticas e conhecimentos da Tururukari-Uka demonstram a existência de relações de interdependência entre território, cultura, natureza e reprodução social. Reconhecer essa relação significa superar abordagens que posicionam os povos indígenas exclusivamente como beneficiários de políticas ambientais e reconhecê-los como atores territoriais portadores de conhecimentos, capacidades de ação e formas próprias de gestão e significação da natureza.

Os resultados alcançados devem, contudo, ser considerados à luz das limitações da pesquisa. O tempo de imersão na comunidade foi condicionado pelos necessários trâmites éticos e institucionais e pelas circunstâncias que afetaram a realização das atividades presenciais, restringindo a amplitude de algumas ações inicialmente previstas. Atividades com crianças e jovens, especialmente relevantes para compreender os processos de transmissão intergeracional dos conhecimentos e de fortalecimento identitário, demandam maior continuidade. Além disso, o estágio atual da investigação ainda não permite avaliar longitudinalmente os efeitos do protocolo e dos processos de mediação sobre as capacidades individuais, coletivas e institucionais da comunidade. Por essa razão, os resultados apresentados devem ser compreendidos como decorrentes de um processo em construção, e não como evidências conclusivas de transformação social.

Essas limitações abrem, simultaneamente, uma agenda de continuidade. Estudos futuros poderão acompanhar longitudinalmente os processos desencadeados pela experiência, observando como as ações de mediação são apropriadas, transformadas ou eventualmente rejeitadas pela própria comunidade. A construção participativa de um memorial comunitário, envolvendo



especialmente crianças, jovens e lideranças, poderá contribuir para a transmissão intergeracional da memória, mediante recursos como narrativas orais, audiovisual, produção textual, cartografias sociais e educação patrimonial, desde que definidos e autorizados pela comunidade. Da mesma forma, a ampliação das redes de interlocução com outras comunidades indígenas, organizações representativas, universidades e instituições públicas poderá possibilitar aprendizagens comparativas sobre diferentes formas de mediação territorial na Amazônia.

Por fim, a experiência da Tururukari-Uka evidencia que não existe mediação territorial sem escuta, nem participação efetiva sem reconhecimento da capacidade dos sujeitos de produzir conhecimentos e decidir sobre seus próprios territórios. O desafio metodológico não consiste apenas em desenvolver melhores instrumentos para pesquisar comunidades indígenas, mas em repensar as próprias relações por meio das quais o conhecimento acadêmico é produzido. Nesse sentido, a principal contribuição do protocolo apresentado reside menos em estabelecer etapas a serem reproduzidas e mais em propor princípios capazes de orientar uma prática investigativa reflexiva, intercultural e territorialmente situada. Ao aproximar mediação territorial, diálogo de saberes e Investigação-Ação Participativa, o estudo aponta para uma perspectiva de desenvolvimento regional na qual os povos indígenas não sejam considerados objetos ou destinatários das ações de desenvolvimento, mas sujeitos de conhecimento, decisão e construção de seus próprios projetos de futuro.

3 Referências

- DEPONTI, Cidonea Machado. **Intervenção para o desenvolvimento rural**: o caso da extensão rural pública do Rio Grande do Sul. 2010. 274 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- DEPONTI, Cidonea Machado. **Soluções tecnológicas para a agricultura familiar e o desenvolvimento regional**: uma abordagem por meio de metodologias de educação empreendedora no Rio Grande do Sul e na Amazônia Ocidental. Projeto de Bolsa de Produtividade em Pesquisa – CNPq. Santa Cruz do Sul, 2022.
- FALS BORDA, Orlando. **Orígenes universales y retos actuales de la IAP** (Investigación Acción Participativa). Peripecias, n. 110, 20 ago. 2008.
- MARIE CLAIRE. **Wuika Kambeba em depoimento a Kizzy Bortolo**. Marie Claire, 20 jul. 2020. Atualizado em: 27 dez. 2021. Disponível em: Marie Claire – Wuika Kambeba. Acesso em: 1 out. 2024.
- MORENO, José Luis; ESPADAS, María Ángeles. Investigación-acción participativa. In: DURSTON, John; MIRANDA, Francisca (org.). **Experiencias y metodología de la investigación participativa**. Santiago de Chile: CEPAL, 2002. p. 91–104. (Serie Políticas Sociales, n. 58).
- PESTAÑA, José Luis; ALCÁZAR, Miguel Ángel. Investigación-acción participativa. In: REYES, Román (org.). **Diccionario crítico de ciencias sociales**. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2000.
- RAMÍREZ MIRANDA, César Adrián; PÉREZ SÁNCHEZ, Alfonso; HERNÁNDEZ MORENO, María del Carmen; HERRERA TAPIA, Francisco (coord.). **Prototipos regionales para la soberanía**



alimentaria: investigación acción en los territorios. México: Universidad Autónoma Chapingo; Juan Pablos Editor, 2020.

RAMÍREZ MIRANDA, César Adrián; CHÁVEZ SEGURA, Pablo Guillermo; TORRES RIVERA, Daniela Alejandra. Soberanía alimentaria, agroecología e investigación acción participativa. In: RAMÍREZ MIRANDA, César Adrián; PÉREZ SÁNCHEZ, Alfonso; HERNÁNDEZ MORENO, María del Carmen; HERRERA TAPIA, Francisco (coord.). **Prototipos regionales para la soberanía alimentaria:** investigación acción en los territorios. México: Universidad Autónoma Chapingo; Juan Pablos Editor, 2020. p. 21–54.

SILVA, Márcia Vieira da. **Reterritorialização e identidade do povo Omágua-Kambebe na aldeia Tururucari-Uka. 2012.** Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **O nativo relativo.** Mana, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 113–148, 2002.